

**EDITAL N.º I/271527/16/CMP**  
**Processo NUD I/131701/15/CMP**

António Manuel Nunes de Sá Codeço, Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares, torna público que, por despacho de 23/09/2016, o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto ordenou a **demolição voluntária**, da totalidade da obra ilegal existente e reposição do terreno nas condições em que este se encontrava antes da data do início das mesmas, nos termos e com os fundamentos constantes do n.º 1.º, do artigo 106.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atualizada, no prédio sito à Rua das Cavadas, sem número de polícia, do lado direito do imóvel com entrada pelo n.º 355, confrontando a sul com a Via de Cintura Interna, nos termos e com os fundamentos que melhor constam da informação I/227722/16/CMP e Edital n.º I/147518/16/CMP e que consistem no seguinte:

1. Remoção da estrutura metálica, com cerca de 50,0m<sup>2</sup> de área e uma altura aproximada de 3,5m, em perfis metálicos de cor branca, encerrada por paredes em chapas de vidro de grandes dimensões e telhado em painel metálico, com isolamento térmico incorporado;
2. Remoção da laje de pavimento, em betão, onde se encontra cravada a construção mencionada no ponto anterior;
3. Remoção das várias redes de infraestruturas da futura construção já pré-instaladas no local e
4. Remoção do muro que confronta com o passeio pedonal público adjacente, em blocos de cimento, e caixas de contadores aí instaladas.

No final dos trabalhos supramencionados deverá ser removido do local todo o entulho decorrente da realização dos mesmos, devendo garantir-se o seu transporte a vazadouro legalmente autorizado para o efeito.

Pelos factos acima descritos, fica desta forma notificado o proprietário/infrator, da ordem supra referida, a fim de realizar voluntariamente as obras impostas, no **prazo de 60 (sessenta) dias seguidos**.

Nos termos do disposto no n.º 1.º, do artigo 107.º, do RJUE, em caso de incumprimento da medida de tutela da legalidade urbanística prevista, o Senhor Presidente da Câmara pode determinar a **posse administrativa** do imóvel, de forma a permitir a **execução coerciva** das obras supramencionadas.

As quantias relativas às **despesas realizadas**, com a referida execução coerciva, incluindo quaisquer indemnizações ou sanções pecuniárias que a administração tenha de suportar para o efeito, **serão imputadas ao infrator**, nos termos do disposto no artigo 108.º, do RJUE.

Para constar se lavraram editais que vão ser afixados no GM - Gabinete do Município e no local.

Porto e Paços do Município, 29 de setembro de 2016.

O Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares



(António Codeço)